

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	ATIVO (Em Reais)			PASSIVO (Em Reais)	
	2021	2020		2021	2020
CIRCULANTE	<u>8.878.435</u>	<u>4.402.386</u>	CIRCULANTE	<u>318.086</u>	<u>402.255</u>
DISPONIBILIDADES	<u>6.564.128</u>	<u>681.671</u>	Fornecedores	22.072	20.905
Caixa e equivalentes de caixa (nota 04)	6.564.128	681.671	Obrigações fiscais/tributárias	80.219	69.768
			Obrigações sociais/trabalhistas	212.304	200.077
			Outras contas a pagar	3.491	110.778
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>2.314.307</u>	<u>3.720.715</u>	Adiantamento de clientes	-	727
			Empréstimos	-	-
Duplicatas a receber (nota 05)	1.520.090	1.910.746	Convênios	-	-
Estoques (nota 06)	577.834	1.637.963			
Adiantamentos a funcionários	7.964	8.695			
Impostos a recuperar	185.414	9.901			
Outros valores a receber	20.528	152.974	NÃO CIRCULANTE	<u>8.179.315</u>	<u>6.483.351</u>
Despesas antecipadas	2.477	436			
			Resultado de exercícios futuros (nota 8)	7.554.626	5.972.346
NÃO CIRCULANTE	<u>7.781.056</u>	<u>5.870.455</u>	Fundo municipal de habitação (nota 09)	624.689	511.005
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>7.353.999</u>	<u>5.345.336</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>8.162.090</u>	<u>3.387.235</u>
Duplicatas a receber (nota 05)	7.352.942	5.342.051			
Outros valores a receber	1.057	3.285	Capital social (nota 10)	21.718.242	18.288.242
			Ajustes de exercícios anteriores	-	7.971
IMOBILIZADO (nota 07)	<u>288.837</u>	<u>316.437</u>	Resultados acumulados	(13.556.152)	(14.908.978)
INTANGÍVEL	<u>138.220</u>	<u>208.682</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>16.659.491</u>	<u>10.272.841</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>16.659.491</u>	<u>10.272.841</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$
PERÍODO DE 01/JAN/2020 A 31/DEZ/2021

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL				AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	A SUBSCREVER	A REALIZAR	TOTAL			
SALDOS EM 01/JAN/2020	<u>16.318.243</u>		<u>(289.108)</u>	<u>16.029.135</u>	(18.000)	(12.735.752)	3.275.383
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	4.669.212		(2.410.105)	2.259.107	-	-	2.259.107
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-		-	-	25.971	(18.000)	7.971
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-		-	-	-	(2.155.226)	(2.155.226)
SALDOS EM 31/DEZ/2020	<u>20.987.455</u>		<u>(2.699.213)</u>	<u>18.288.242</u>	7.971	(14.908.978)	3.387.235
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	1.400.000	2.030.000	3.430.000	-	-	3.430.000
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-		-	-	(7.971)	7.971	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	-		-	-	-	1.344.855	1.344.855
SALDOS EM 31/DEZ/2021	<u>20.987.455</u>	<u>1.400.000</u>	<u>(669.213)</u>	<u>21.718.242</u>	-	(13.556.152)	8.162.090

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR			COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR		
CNPJ 81.670.804/0001-08			CNPJ 81.670.804/0001-08		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em R\$	2021	2020	Em R\$	2021	2020
RECEITA BRUTA	5.666.445	1.222.205			
Venda de imóveis (nota 12)	5.666.445	1.222.205	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
DEDUÇÃO DAS RECEITAS (nota 13)	(779.136)	(168.053)	Lucro/Prejuízo do exercício	1.344.855	(2.155.226)
RECEITA LÍQUIDA	4.887.309	1.054.152	. Ajuste de exercícios anteriores	-	7.971
CUSTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (nota 14)	(923.385)	(204.441)	. Depreciações e amortizações	102.839	120.191
LUCRO BRUTO	3.963.924	849.711	Lucro/Prejuízo ajustado	1.447.694	(2.027.064)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.183.892)	(3.004.937)	. Variação nas contas de duplicatas a receber	(1.620.235)	(485.108)
Despesas gerais e administrativas (nota 15)	(2.664.776)	(2.936.770)	. Variação na conta de estoques	1.060.129	205.915
Despesas financeiras (nota 16)	(20.333)	(40.016)	. Recursos de convênio a aplicar	-	-
Receitas financeiras (nota 17)	225.618	44.216	. Variação na conta de tributos a recuperar	(175.513)	37.547
Outras receitas/despesas operacionais	275.599	(72.367)	. Variação na conta de fornecedores	1.167	(22.495)
RESULTADO OPERACIONAL	1.780.032	(2.155.226)	. Variação na conta de obrigações fiscais/tributárias	10.451	(9.154)
PROVISÃO P/IRPJ E CSLL	(435.177)	-	. Variação da conta obrigações trabalhistas e sociais	12.227	(53.303)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	1.344.855	(2.155.226)	. Variação da conta obras a executar	-	-
Lucro/Prejuízo por lote de 1.000 ações	62	118	. Variação da conta fundo municipal de habitação	113.684	102.320
			. Variação da conta resultado exercícios futuros	1.582.280	574.439
			. Variação de outras contas ativas e passivas	25.350	30.864
			Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.457.234)	(1.646.039)
			FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
			Aquisição de imobilizado/intangível	(6.291)	(2.928)
			Baixas imobilizado/intangível	1.514	-
			Caixa líquido das atividades de investimento	(4.777)	(2.928)
			FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS		
			Aumento de Capital Social	3.430.000	2.259.107
			Caixa líquido das atividades de financiamento	3.430.000	2.259.107
			AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	5.882.457	(610.140)
			DISPONIBILIDADES:	5.882.457	610.140
			No Início	81.671	71.531
			No Final do Exercício	6.564.128	681.671
			(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR					
CNPJ 81.670.804/0001-08					
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
	2021	2020			
1 RECEITAS	5.942.044	1.149.838			
1.1 Venda de Imóveis	5.666.445	1.222.205			
1.2 Outras receitas e despesas	275.599	(72.367)			
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.963.395)	(496.998)			
2.1 Custos dos imóveis vendidos	(923.385)	(204.441)			
2.2 Materiais, serviços terceiros, outros	(1.040.010)	(292.557)			
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.978.649	652.840			
4 RETENÇÕES	(102.839)	(120.191)			
4.1 Depreciação, amortização	(102.839)	(120.191)			
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD PELA ENTIDADE(3-4)	3.875.810	532.649			
6 VALOR ADICIONADO POR TRANSFERÊNCIA	205.285	4.201			
6.1 Resultado Financeiro	205.285	4.201			
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	4.081.095	536.850			
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.081.095	536.850			
8.1 Pessoal e encargos	2.228.377	2.492.597			
8.2 Impostos, taxas e contribuições	487.530	177.399			
8.3 Juros e aluguéis	20.333	22.080			
8.4 Lucro/Prejuízo do exercício	1.344.855	(2.155.226)			

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
Ponta Grossa – PR – CNPJ 81.670.804/0001-08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021
Valores Expressos em R\$ 1,00

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR foi criada em 13 de setembro de 1989 nos termos da lei municipal no 4.298, sob a forma de Economia Mista, sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sendo regido pelo Estatuto Social, seus Regimentos e Regulamentos e em consonância com a legislação aplicável.

Tem como objetivo social:

- Elaborar planos e programas visando equacionar e propor soluções para o problema habitacional no município;
- Atuar como entidade captadora e administradora de recursos oriundos da União, do Estado do Paraná, do município de Ponta Grossa e de entidades paraestatais e instituições financeiras, destinados à construção de casas populares e execução de loteamentos para fins habitacionais;
- Elaborar e executar projetos de implantação de núcleos habitacionais;
- Incentivar e apoiar a construção de casas populares, através de projetos tipo mutirão e outros, para fins familiares de baixa renda;
- Incentivar e promover o desfavelamento, com a construção de casa de baixo custo, para atendimento das parcelas mais carentes da população;
- Projetar, construir, incorporar, financiar, e comercializar habitações convencionais e de interesse social, lotes residenciais e materiais de construção;
- Produzir industrialmente artefatos de concreto e outros aplicáveis na edificação das habitações e obras complementares de urbanização e paisagismo de núcleos residenciais;
- Celebrar convênios e firmar contratos com órgãos governamentais, entidades paraestatais e privadas, e instituições financeiras, para consecução de suas finalidades;
- Negociar a importação e importar, se necessário, materiais destinados à construção de moradias. A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR poderá participar de outras sociedades, desde que seja meio de realizar o projeto social.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Legislação societária, contemplando as alterações e atualizações das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Em simetria com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa adotou as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas Contábeis.

A companhia elaborou estudos sobre os reflexos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14, concluindo que não há efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, em decorrência das taxas de depreciação aplicadas sobre seu ativo imobilizado, que não ultrapassam os limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial, e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas, despesas e provisões são escrituradas dentro do período em que foram auferidas ou incorridas, estando, portanto, registradas conforme sua competência.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em bancos, contas movimento e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, as quais não superam os respectivos valores de mercado.

c) DUPLICATAS A RECEBER

As contas a receber englobam os créditos, com clientes, faturados até a data de encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

d) OUTROS ATIVOS

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

e) ESTOQUE

A entidade avalia os estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuindo os custos e despesas com vendas.

O critério de mensuração do custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais.

f) IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Os saldos inerentes aos bens imobilizados se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

g) PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A companhia não possui ação trabalhista tramitando em juízo, na qualidade de requerida, não sendo necessário constituir provisão.

i) Imposto de renda e contribuição social: são calculados, quando aplicável, com base no resultado contábil apurado em cada exercício, ajustado por adições e exclusões a este resultado, deduzidos os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social correspondentes a 30% do valor assim apurado, e sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240.000 anuais para imposto de renda e 9% para contribuição social). As parcelas de antecipações de imposto de renda estão apresentadas como redução do imposto a pagar ou, no caso a receber, como um ativo. Em função de a companhia estar apresentando prejuízos fiscais em cada exercício, não tem sido constituído provisão para tais tributos, todavia, a companhia mantém controles dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social a parte B do LALUR.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalente de caixa discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Fundo Fixo	100	-
Bancos conta movimento	865	134.550
Aplicações financeiras	6.563.163	547.121
Total	6.564.128	681.671

NOTA 5. DUPLICATAS A RECEBER

A composição das duplicatas a receber discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Circulante	Saldo em 2021		Saldo em 2020	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Lotes Residenciais	781.680	3.379.451	868.992	2.845.275	
Lotes Comerciais	531.419	2.827.402	491.245	1.538.798	
Conjuntos Residenciais	315.937	1.146.089	564.745	957.978	
PECLD ¹	(108.946)	-	(14.236)	-	
Total	1.520.090	7.352.942	1.910.746	5.342.051	

1 PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

NOTA 6. ESTOQUES

Os saldos de estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Terrenos sem benfeitorias	-	717.600
Imóveis a comercializar	567.080	905.531
Estoque interno	10.754	14.832
Total	577.834	1.637.963

NOTA 07. IMOBILIZADO

Bem	Custo	Depreciação Acumulada	2021 líquido	2020 líquido	Taxa anual de depreciação
Veículos	76.300	(76.300)	0	0	20%
Móveis e utensílios – adm.	113.305	(73.147)	40.158	42.549	10%
Máquinas e	27.813	(18.188)	9.625	11.901	10%

equipamentos					
Computadores e Periféricos	131.851	(128.600)	3.251	12.315	20%
Terminais Telefônicos	7.474	(4.925)	2.549	4.520	10%
Benfeitorias	297.472	(64.218)	233.254	245.152	4%
Total	654.215	(365.378)	288.837	316.437	

Os saldos estão apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

NOTA 08. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

No ato da assinatura do contrato de compra e venda de loteamentos os valores das vendas são transportados para a conta de Receita e Exercícios Futuros, onde seu saldo é baixado para o resultado proporcionalmente às receitas recebidas no período.

Assim também, os custos da obra são transportados para a conta de Custos de Exercícios Futuros, que são baixados conforme as receitas para a conta de custos no resultado.

O saldoda conta Resultado de Exercícios Futuros está apresentado da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Receita de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	4.161.130	3.714.267
Lotes Comerciais	3.358.822	2.030.043
Conjuntos Residenciais	1.462.026	1.522.723
Total (a)	8.981.978	7.267.033
Custo de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	(938.816)	(957.720)
Lotes Comerciais	(363.523)	(195.911)
Conjuntos Residenciais	(125.013)	(141.056)
Total (b)	(1.427.352)	(1.294.687)
Total (a+b)	7.554.626	5.972.346

NOTA 09. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Os saldos de fundo municipal de habitação estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Parque dos Sabiás	443.5978	384.198
Parque das Andorinhas	207.802	168.547
Juros e Correções	65.310	-
Outros	11.999	-
Taxas	107.262	-
(-) Pgtos aluguel social	(208.449)	(40.220)
(-) tarifa bancária	(2.832)	(1.520)
Total	624.689	511.005

De acordo com a Lei Municipal nº 9.305/2007, foi instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, com a finalidade de propiciar suporte financeiro à implantação do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, voltada à população de baixa renda.

NOTA 10. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 21.718.242 (vinte e um milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e quarenta e dois reais), pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, composto de 21.718.242 (vinte e um milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e quarenta e duas) ações ordinárias, sem valor nominal.

NOTA 11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia não está envolvida em processo de natureza trabalhista. Possui ações de natureza civil e tributária, porém não há necessidade de se constituir provisão dos valores, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídico, baseada no conceito de que tais processos tem a possibilidade remota de gerar sucumbência.

NOTA 12. VENDA DE IMÓVEIS

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
Lotes Residenciais	4.752.961	270.143
Lotes Comerciais	858.483	873.084
Conjuntos Residenciais	55.001	78.978
Total	5.666.445	1.222.205

NOTA 13. DEDUÇÃO DAS RECEITAS

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
(-) COFINS	430.650	92.888
(-) PIS	93.496	20.166
(-) Contrib. Previdenciária s/ Receita Bruta	254.990	54.999
Total	779.136	168.053

NOTA 14. CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
Custo dos Lotes Vendidos	923.385	204.441
Total	923.385	204.441

NOTA 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
Despesas com Pessoal	1.730.203	1.879.026
Despesas com Diretoria	498.174	613.571
Despesas Tributárias	52.353	9.346
Despesas com lotes a comercializar	-	837
Despesas com provisões	149.282	-
Despesas Gerais	234.764	433.990
Total	2.664.776	2.936.770

NOTA 16. DESPESAS FINANCEIRAS

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
Despesas Bancárias	14.776	15.042
Juros de Mora	55	22.080
Outras despesas financeiras	3.023	763
Descontos Concedidos	2.479	2131
Total	20.333	40.016

NOTA 17. RECEITAS FINANCEIRAS

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	186.383	603
Juros Recebidos – Mutuários	35.535	29.319
Juros Ativos	1.648	8.969
Multas recebidas	2.052	5.325
Total	225.618	44.216

NOTA 18. PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 discriminam-se da seguinte forma:

	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Descrição		
Provisão para IRPJ	313.630	-
Provisão para CSLL	121.547	-
Total	435.177	-

NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2021 até a data de encerramento dos trabalhos de auditoria, 24 de março de 2022, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

NOTA 20. COVID 19

Em dezembro de 2019, um novo agente de Coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan/China. A Organização Mundial da Saúde declarou o Coronavírus como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse

Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos que podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

NOTA 21. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Entidade não remunera os membros componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma outra forma.

NOTA 22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após exame das demonstrações contábeis da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório dos auditores independentes emitido pela **YSA Auditores e Associados SS**, a Diretoria aprovou a emissão e apresentação das demonstrações financeiras em 24 de março de 2022.

MARINES KABBAS VIEZZER
Diretora Presidente

LUCIO MAURO SALDANHA
Diretor Financeiro

LUCIANA APARECIDA MIGDALSKI
Contadora
CRC PR-058646/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos pertinentes ao exercício de 2021, e, baseado no parecer da auditoria da entidade YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS, no Relatório da Diretoria, são de parecer que as "Demonstrações Financeiras" traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, de acordo com os "Princípios Fundamentais de Contabilidade", aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião com respeito ao Balanço, cuja ata segue devidamente assinada pelos Conselheiros presentes, encerrando-se a reunião.

Ponta Grossa, 07 de Abril de 2022.

Lincon Mioduski Ferreira

André Luis Pitela

Cliciane Lucia Garczarek Torres Pereira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas, Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR
Ponta Grossa – PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – Prolar, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 30 de março de 2021.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 24 de março de 2022.

YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS
CRC-PR 07.495/0-0

PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES
CONTADOR CRC-PR 033.119/0-8

34592/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
OLÍMPIO MOREIRA PAZ torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para SUBDIVISÃO a ser implantada ARAUCÁRIA.

34389/2022

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
LUIZ FERNANDO PEREIRA BARBOSA torna público que recebeu do IAT, a Licença Simplificada para PISCICULTURA DE CORTE a ser implantada no LR 38 DESMB LR 5 E 7 DA GL. 11-B, COL. PERUIBE, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná. Validade: 07.04.2027.

34161/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
Yesco Administradora de Bens S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Licença de Operação para Transporte rodoviário de produtos perigosos e não perigosos; e armazéns gerais instalada Alameda Bom Pastor, 91, São José dos Pinhais.

34968/2022

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
Yesco Administradora de Bens S/A torna público que recebeu do IAT, a Licença Prévia para Transporte rodoviário de produtos perigosos e não perigosos; e armazéns gerais, LP 267310 com validade até 11/04/2022 a ser implantada Alameda Bom Pastor, 91, São José dos Pinhais.

34961/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
Fábrica de troncos Romancini LTDA, inscrita sob CNPJ 77.300.861/0001-10 torna público que irá requerer ao IAT, a Licença de Instalação para fabricação de máquinas e equipamentos a ser implantada ROD BR 277 - KM 454, SN - Centro - 85301-970 - Laranjeiras do Sul/PR.

34149/2022

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
Fábrica de troncos Romancini LTDA, inscrita sob CNPJ 77.300.861/0001-10 torna público que recebeu do IAT, a Licença Prévia para fabricação de máquinas e equipamentos val. (06/04/24) a ser implantada ROD BR 277 - KM 454, SN - Centro - 85301-970 - Laranjeiras do Sul/PR.

34133/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
TRIPLICE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para atividade de transportadora de cargas perigosas e não perigosas com barracão, ponto de abastecimento, pátio/estacionamento caminhões a ser implantada na Rua Maria Ignez Maran, nº 591 - Jardim Alvorada, Município de Foz do Iguaçu/PR.

34372/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
A TRANSPORTADORA AMERICANA LTDA - CNPJ: 43.244.631/0030-01 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Licença Prévia para transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional a ser implantada na rua Rodolpho Hatschbach 1625 - bairro Cidade Industrial - Curitiba/PR.

31388/2022

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

TRANS ABC TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, inscrito no CNPJ nº 08.629.324/0002-86 torna público que recebeu do IAT, a Renovação da Licença de Operação para TRANSPORTADORA DE CARGAS instalada RUA MAJOR OTAVIO NOVAES, Nº 1157, CENTRO, MUNICÍPIO DE CASTRO PR.

34662/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

TRANS ABC TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, inscrito no CNPJ nº 08.629.324/0002-86 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para TRANSPORTADORA DE CARGAS instalada RUA MAJOR OTAVIO NOVAES, Nº 1157, CENTRO, MUNICÍPIO DE CASTRO PR.

34663/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
THIAGO PRIMA DA SILVA - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - ME inscrito no CNPJ: 28.537.484/0001-21 torna público que irá requerer ao IAT, a Licença de Instalação para a atividade manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária a ser implantada na Rua Gal Plínio Tourinho, S/N, Terreo Lote 13 Margem da Rodovia PR 492, CEP 87760-000, no município de Tamboara/PR.

34733/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
TEREZA CESARI DOS SANTOS - CARTUCHOS - ME, CNPJ 21.578.894/0001-71 torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação, equipamento e artigos de uso doméstico; e, recarga de cartuchos para equipamentos de informática a ser implantada Rua General Osório 2475, Parque São Paulo - Cascavel/PR..

34627/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA

A Superblocos Artefatos de Cimento Ltda, CNPJ 09.417.177/0001-62 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Cascavel/PR, a Renovação da Licença Simplificada para Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento implantada na Rua Fortaleza, 3171 - Cascavel/PR.

34718/2022

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
SANTA RITA SAUDE S/A, CNPJ: 95.642.179/0018-35 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de LONDRINA/PR, a Licença Simplificada para Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares a ser implantada AV HIGIENOPOLIS, 602, CENTRO, CEP: 86.020-080, LONDRINA/PR.

35016/2022